



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 564536 - SP (2020/0052982-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO DOS SANTOS PINTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES. DOSIMETRIA. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUANTO AO CRIME DE POSSE DE MUNIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO QUE EVIDENCIAM NÃO HAVER REDUZIDO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. APREENSÃO DE DOZE MUNIÇÕES JUNTAMENTE COM DROGAS, SENDO QUE TRÊS DELAS ESTAVAM DEFLAGRADAS. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de GUSTAVO DOS SANTOS PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0031487-10.2018.8.26.0114.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como "*incurso no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/06, e no artigo 12 da Lei 10.826/03, ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 05 anos de reclusão e 01 ano de detenção, em regime inicialmente fechado, além do pagamento de 510 dias-multa, cada qual no valor legal mínimo*" (fl. 53).

Narra a sentença (fl. 50):

*"o Réu tinha em depósito, para fins de tráfico, drogas consistentes em 34 sacos plásticos contendo **maconha**, com peso de **58,6g**, 02 porções da mesma droga, com peso de **133,7g**, além de 07 porções de **cocaína** em forma de crack, com peso de **1,7g** sem autorização legal ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Nas mesmas circunstâncias, possuía o Réu em sua residência **munições de arma de fogo de uso permitido**, consistindo em **12 munições** de calibre **.22**, das quais **03 deflagradas** e **09 íntegras**, em desacordo com determinação legal ou regulamentar"*

Inconformado, o Condenado interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido pelo Colegiado estadual para "*fixar o regime semiaberto em relação ao delito de posse ilegal de munição*" (fl. 68).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que estão presentes os requisitos necessários para o reconhecimento do princípio da insignificância quanto ao crime de posse ilegal de munição.

Requer "*seja concedida a ordem para absolver o paciente pela atipicidade da conduta da posse de munição*" (fl. 13).

Não foi formulado pleito liminar.

Foram prestadas informações às fls. 76-93.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 97-98).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal estadual confirmou a sentença que condenara o Paciente quanto ao delito previsto no art. 12 da Lei n.º 10.826/2003 pelo porte de 12 (doze) munições calibre .22, a despeito de não ter sido encontrada em seu poder arma de fogo capaz de deflagrar os referidos projéteis.

A atual jurisprudência desta Corte Superior está fixada no sentido de que, embora o crime de porte de munições se trate de delito de mera conduta e de perigo abstrato, nos casos de apreensão de pequena quantidade de munição desacompanhada do armamento capaz de deflagrá-la é devido o reconhecimento da atipicidade material da conduta, tendo em vista a ausência de lesão ou probabilidade de dano ao bem jurídico tutelado pela norma penal.

Todavia, a "*possibilidade de incidência do princípio da insignificância não pode levar à situação de proteção deficiente ao bem jurídico tutelado. Portanto, não se deve abrir muito o espectro de sua incidência, que deve se dar apenas quando efetivamente mínima a quantidade de munição apreendida, em conjunto com as circunstâncias do caso concreto, a denotar a inexpressividade da lesão. [...]*" (HC 526.635/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 04/10/2019, sem grifos no original.)

No caso em análise, embora desacompanhadas de arma de fogo capaz de dispará-las, entendo que as circunstâncias do caso concreto não autorizam a incidência do princípio da insignificância, porquanto não é ínfima a quantidade de munições – 12 (doze) munições de calibre .22 –, elas foram encontradas no mesmo local da apreensão das drogas e consta que 3 (três) delas estavam deflagradas, o que denota não haver reduzido grau de reprovabilidade da conduta.

Cito os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. POSSE DE MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. FLAGRANTE REALIZADO POR GUARDA MUNICIPAL. NULIDADE DAS PROVAS. NÃO CONFIGURADA. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. FLEXIBILIZAÇÃO INAPLICÁVEL AO CASO. ABSORÇÃO DE UM DELITO POR OUTRO. DELITOS DISTINTOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A participação da guarda municipal em busca domiciliar realizada pela polícia civil não é capaz de macular a licitude das provas obtidas.

2. **Apreendidos 9 artefatos bélicos de uso permitido e 3 de uso restrito** não estão preenchidos os requisitos para o reconhecimento do princípio da insignificância, máxime por inexistir o reduzido grau de reprovabilidade da conduta, impedindo a flexibilização do entendimento consolidado por esta Corte. Precedente.

3. Os tipos penais dos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento tutelam bens jurídicos distintos, tornando inviável o reconhecimento do crime único quando o agente é denunciado e condenado por infração a mais de um dispositivo legal (AgRg no REsp 1.497.670/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/3/2017, DJe 7/4/2017).

4. **Agravo regimental improvido.**" (AgRg no HC 476.668/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 08/03/2019, sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 16 DA LEI N.10.826/2003. DOZE MUNIÇÕES DESACOMPANHADAS DE ARMAMENTO. TIPICIDADE FORMAL E MATERIAL. PERIGO À INCOLUMIDADE PÚBLICA EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A posse de munição desacompanhada da respectiva arma de fogo configura o crime do art. 16 da Lei n. 10.826/2003, delito de perigo abstrato que presume a ocorrência de risco à segurança pública e prescinde de resultado naturalístico à integridade de outrem para ficar caracterizado.

2. A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.699.710/MS, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, e do AgInt no REsp n. 1.704.234/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, alinhou-se ao entendimento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal e passou a aplicar o princípio da insignificância em situações excepcionais, de posse de ínfima quantidade de munições e de ausência do artefato capaz de dispará-las, aliadas a elementos acidentais da ação que denotem a total inexistência de perigo à incolumidade pública. O posicionamento foi estendido para casos de porte ilegal de munição de uso restrito.

3. Embora possível, a aplicação do 'princípio da insignificância não pode levar à situação de proteção deficiente ao bem jurídico tutelado. Portanto, não se deve abrir muito o espectro de sua incidência, que deve se dar apenas quando efetivamente mínima a quantidade de munição apreendida, em conjunto com as circunstâncias do caso concreto, a denotar a inexpressividade da lesão' (HC n. 458.189/MS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 28/9/2018).

4. Como a **munição foi encontrada juntamente com drogas**, há sinais de envolvimento do réu com a criminalidade a denotar a periculosidade o réu e o risco que sua conduta **representa para a segurança pública, razão pela qual não há falar em atipicidade material da conduta.**

5. **Agravo regimental não provido.**" (AgRg no AREsp 1.401.852/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 22/03/2019, sem grifos no original.)

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ART. 16 DA LEI N. 10.826/2003. PEDIDO ABSOLUTÓRIO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AFASTADO. APREENSÃO DE CARREGADOR DE PISTOLA CALIBRE .40 E 16 (DEZESSEIS) MUNIÇÕES DO MESMO CALIBRE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

II - Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça se alinhou ao entendimento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal e passou a reconhecer a atipicidade material da conduta, em situações específicas de ínfima

quantidade de munição, aliada à ausência do artefato capaz de disparar o projétil.

III - Na hipótese, não há que se falar em atipicidade material da conduta praticada, ante a grande quantidade de munições apreendidas, vale dizer, 'um carregador de pistola calibre .40, contendo 15 (quinze) munições calibre .40, mais 1 (uma) munição avulsa do mesmo calibre'.

IV - Qualquer incursão que escape a moldura fática ora apresentada, demandaria inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes deste átrio processual, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido." (HC 527.176/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 02/12/2019.)

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora